

## SUMÁRIO

Apresentação .....	7
Introdução .....	13

### PARTE I – NOÇÕES GERAIS

1. Bens: conceituação e primeiras classificações.....	19
1.1 Bens móveis e bens imóveis .....	20
2. A quem pertencem os bens públicos? .....	24
3. Conceituação e classificação dos bens públicos.....	31
3.1 Bens de uso comum do povo .....	34
3.2 Bens de uso especial .....	35
3.3 Bens dominiais .....	36
4. A alienabilidade dos bens públicos. Afetação e desafetação .....	38
5. Por que alienar um bem público? .....	52

### PARTE II – PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS

6. Princípios administrativos norteadores da matéria .....	61
7. Pressuposto objetivo (motivo) do ato de alienação: o interesse público .....	65
8. Pressupostos formais do ato de alienação .....	76
8.1 Avaliação prévia .....	79
8.1.1 Avaliação e critérios técnicos .....	81
8.2 A autorização legislativa .....	84
8.2.1 Espécie normativa exigível para a autorização .....	85
8.2.2 Conteúdo da autorização legislativa .....	88
8.2.3 Autorização legislativa e bens das empresas estatais e universidades públicas .....	91
8.2.4 Autorização legislativa e bem móvel .....	92

8.2.5	Autorização do Executivo e bens dos demais poderes e órgãos autônomos.....	93
8.2.6	Autorização legislativa nos níveis estadual, distrital e municipal.....	94
8.2.7	Autorização legislativa e controle jurisdicional de constitucionalidade.....	95
8.2.8	Autorização legislativa e dever de alienar.....	96
8.2.9	Dispensa de autorização legislativa para alienação de imóvel.....	97
8.3	A exigência de processo licitatório.....	98
8.3.1	Observações gerais sobre a licitação.....	98
8.3.2	Licitação e alienação de bens públicos.....	99
8.3.3	A regra geral de exigência de licitação.....	100
8.3.4	Alienação e dispensa de licitação.....	103
8.4	Formalização do ato de alienação.....	108

### PARTE III – MODALIDADES E INSTRUMENTOS DE ALIENAÇÃO

9.	Modalidades de alienação dos bens públicos.....	113
10.	Natureza jurídica dos contratos de alienação de bens públicos e observações gerais acerca das contratações.....	117
11.	Venda.....	127
11.1	Contrato de venda e compra e processo licitatório.....	129
11.2	Venda de bens públicos e condições do preço.....	131
11.3	Pessoas impedidas de comprar.....	132
11.4	Venda de bens públicos e cláusulas especiais.....	133
11.5	Formalização da venda.....	134
12.	Permuta.....	135
13.	Doação.....	139
13.1	Doação de bens imóveis.....	142
13.2	Doação de bens móveis.....	147
13.3	Doação e licitação.....	148
13.4	Doação com encargos.....	149
13.5	Desapropriação seguida de doação.....	153
13.6	Doação e concessão de direito real de uso.....	158

14. Dação em pagamento .....	162
15. Investidura .....	164
16. Legitimação de posse e concessão de domínio .....	169
16.1 Legitimação de posse .....	169
16.2 Concessão de domínio .....	174
16.3 Concessão de título de propriedade .....	174
17. Retrocessão .....	176

#### PARTE IV – TEMAS CORRELATOS

18. Alienação de bem público e reforma agrária .....	183
19. Alienação de bem público e privatizações .....	189
19.1 Um breve esboço histórico e de resultados .....	190
19.2 Os proveitos e as mazelas da desestatização brasileira .....	193
19.3 Aspectos formais da privatização .....	197

#### PARTE V – CONTROLE DAS ALIENAÇÕES

20. Controle do ato de alienação de bens públicos .....	201
20.1 Controle não jurisdicional do ato de alienação .....	203
20.1.1 Autocontrole .....	203
20.1.1.1 Revogação administrativa .....	204
20.1.1.2 Anulação administrativa .....	209
20.1.2 Controle administrativo externo .....	211
20.2 Controle jurisdicional do ato de alienação .....	212
20.2.1 Instrumentos judiciais de controle dos atos de alienação .....	215
20.2.1.1 O controle judicial deflagrado pela própria administração .....	215
20.2.1.2 O controle judicial em ações promovidas para a defesa de interesses individuais .....	216
20.2.1.3 O controle judicial em ações promovidas para a defesa de interesses transindividuais (tutela coletiva do patrimônio público) .....	217

#### PARTE VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA .....	227
ANEXO DE JURISPRUDÊNCIA .....	236